

# ÍNDICE

PREFÁCIO	9
PREÂMBULO	13
CAPÍTULO 1	
O CAMINHO PARA A UNIÃO BANCÁRIA	19
1.1. Introdução	19
1.2. Entre o Euro e o 2012: do FSAP ao Relatório Lamfalussy e ao Relatório LaRosière	23
1.2.1. O FSAP – Financial Services Action Plan	23
1.2.2. O Relatório Lamfalussy	26
1.2.3. O Relatório De LaRosière	28
1.3. As motivações políticas	35
1.3.1. A “Trindade Impossível” de Pisani-Ferry e o “Trilema Financeiro” de Schoenmaker	35
1.3.2. Motivações políticas globais	38
1.4. A concretização da União Bancária	44
1.5. Conclusão	50
CAPÍTULO 2	
A REFORMA LEGISLATIVA E REGULAMENTAR E A UNIÃO BANCÁRIA	53
2.1. Introdução	53
2.2. Regulamento (EU) 1024/2013, de 15 de outubro de 2013 – Poderes do BCE	55
2.2.1. Objetivos do regulamento e normas principais	55
2.2.2. O relacionamento entre o BCE e as autoridades nacionais competentes	59

2.2.3. Os modelos de aplicação das normas por parte do BCE	65
2.3. Regulamento (EU) 1022/2013, de 22 de outubro de 2013 – Funções da EBA, que altera o Regulamento (EU) 1093/2010, de 24 de novembro de 2010	68
2.4. O pacote CRD IV	73
2.4.1. Diretiva 2013/36/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições e empresas de investimento (CRD IV)	73
2.4.1.1. Notas iniciais	73
2.4.1.2. Principais alterações	76
2.4.1.2.1. Alterações gerais	76
2.4.1.2.2. Reservas de fundos próprios ( <i>buffers</i> de capital) e montante máximo distribuível	79
2.4.1.2.3. Regime sancionatório	86
2.4.1.2.4. Governo interno das instituições	87
2.4.2. Regulamento (EU) N.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento (CRR)	93
2.4.2.1. Capital	94
2.4.2.2. Grandes Riscos	100
2.4.2.3. Liquidez	102
2.4.2.4. Rácio de alavancagem	104
2.4.2.5. Risco Operacional	105
2.4.2.6. Notas finais	110
2.5. Conclusão	112
CAPÍTULO 3	
A SUPERVISÃO EM ANOS DE TROIKA (DE 2010 A 2014)	115
3.1. Introdução	115
3.2. Da euforia à queda: 2000 a 2010 passando por 2007 e 2008	117
3.3. O ano de 2011 e o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro	123
3.3.1. O PAEF para o setor financeiro, em síntese	123
3.3.2. O problema da avaliação dos ativos e das imparidades	126
3.3.3. A decisão de apoio ao setor financeiro no âmbito do PAEF	130
3.4. Ações transversais ao longo do PAEF	132
3.4.1. Introdução	132
3.4.2. Programa Especial de Inspeções (2011)	135
3.4.3. Programa de Inspeções <i>on-site</i> – OIP (2012)	136

3.4.4. Exercício Transversal de Revisão das Imparidades das Carteiras de Crédito – ETRICC (2013)	137
3.4.5. Análise dos planos de negócio de clientes relevantes do sistema bancário – ETRICC 2 (2013)	138
3.4.6. Programa de avaliação da gestão de créditos problemáticos – SAP (2013)	139
3.5. Os Planos de Financiamento e Capital ( <i>Funding and Capital Plans – FCP</i> )	140
3.6. Atividade legislativa e regulamentar neste período	142
3.7. A evolução do sistema bancário até ao SSM	148
3.8. Conclusão	152
CAPÍTULO 4	
A SUPERVISÃO BANCÁRIA NO MECANISMO ÚNICO DE SUPERVISÃO	155
4.1. Introdução	155
4.2. A organização do MUS	156
4.2.1. A filosofia do SSM e os princípios da supervisão	157
4.2.2. A categorização das instituições: SI e LSI	164
4.2.3. Organização do BCE e processo de decisão	166
4.2.4. As JST – Equipas Conjuntas de Supervisão ( <i>Joint Supervisory Teams</i> )	169
4.2.5. O BCE e a supervisão indireta das instituições menos significativas	171
4.2.6. O processo de avaliação e revisão pelo supervisor – SREP	178
4.2.6.1. O processo em geral	178
4.2.6.2. As decisões de SREP	187
4.2.6.3. A decisão de capital	190
4.3. A supervisão nos primeiros anos do SSM	198
4.3.1. Os objetivos de supervisão do SSM	198
4.3.2. Ações principais desenvolvidas pelo SSM (BCE e BdP) para as SI e as LSI	204
4.3.2.1. A avaliação completa inicial das instituições significativas ( <i>CA – Comprehensive Assessment</i> )	204
4.3.2.1.1. O exercício de avaliação da qualidade dos ativos (AQR)	205
4.3.2.1.2. O exercício <i>stress test</i> (ST)	207
4.3.2.2. Manuais, guias com carácter informativo e metodológico e regulamentos do BCE e produção legislativa e regulamentar nacional e do Banco de Portugal	210

4.3.2.3. Os exercícios de SREP	213
4.3.2.4. Inspeções no local (“ <i>OSI – on-site inspections</i> ”)	218
4.3.2.5. Ações transversais	219
4.3.2.5.1. Governo societário, controlo interno e apetite ao risco	219
4.3.2.5.2. Riscos informáticos e cibersegurança	221
4.3.2.5.3. Créditos não produtivos	222
4.3.2.5.4. Modelos de negócio e motores de rendibilidade	228
4.3.2.5.5. Implementação IFRS 9	230
4.3.2.6. Validação de modelos internos e TRIM	231
4.3.2.7. Área de gestão de crises	235
4.3.3. Acompanhamento e supervisão direta das LSI	237
4.4. Situação do sistema bancário em 2016	240
4.5. Conclusão	243
 BIBLIOGRAFIA	 247